

Fwd: FELIZ NATAL: Pacto Nacional pela Primeira Infância - Retrospectiva e Perspectivas

1 mensagem

Gabinete do Procurador Geral <pgj@mppe.mp.br>
Para: Protocolo MPPE <protocolo@mppe.mp.br>

3 de janeiro de 2022 08:14

Ao Protocolo,

Solicito cadastrar no sistema e encaminhar ao Gabinete.

Atenciosamente,

Wanessa e Silva
Equipe do Gabinete
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Pernambuco
Fone: (81)3182-7093/3182-7094

----- Forwarded message -----

De: **Pacto Nacional pela Primeira Infância** <pactoprimeirainfancia@cnj.jus.br>
Date: sex., 24 de dez. de 2021 às 16:24
Subject: FELIZ NATAL: Pacto Nacional pela Primeira Infância - Retrospectiva e Perspectivas
To: Pacto Nacional pela Primeira Infância <pactoprimeirainfancia@cnj.jus.br>
Cc: Pacto Nacional pela Primeira Infância <pactoprimeirainfancia@cnj.jus.br>



Prezados(as) Signatários(as) do Pacto Nacional pela Primeira Infância,

É com muita alegria e esperança que me dirijo a cada um de vocês para agradecer pelo engajamento no Pacto Nacional pela Primeira Infância, iniciado em 2019. O contexto da pandemia de Covid 19 estendeu a realização das ações do projeto *Justiça começa na Infância: Fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na Promoção de direitos para promoção do desenvolvimento humano*, financiado pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para três anos. Neste período, somamos 259 instituições signatárias e tornamos possível:

1. Seleção, premiação e disseminação de doze boas práticas voltadas aos direitos das crianças na primeira infância, nas categorias Governo, Sistema de Justiça, Sociedade Civil Organizada e Empresas, disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/selecao-e-disseminacao-de-boas-praticas/disseminacao-de-boas-praticas-voltadas-a-primeira-infancia/>
2. Realização de cinco seminários de grande porte, levando o Marco Legal da Primeira Infância a todas as regiões do Brasil, nos quais foram celebradas as adesões ao Pacto, fomentando a integração dos

múltiplos atores da rede de proteção e o compartilhamento de saberes e experiências, que resultaram em relatórios técnicos sobre temas cruciais discutidos em vários workshops. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/seminarios-regionais/>

3. Capacitação de profissionais do Sistema de Justiça, por meio do *Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas*, que contou com turmas semipresenciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Tocantins, com aproximadamente 250 participantes e, na versão adaptada para EAD devido pandemia, contou com 25 turmas e 1.250 participantes que elaboraram planos de ação voltados à implementação do Marco Legal da Primeira Infância. Última versão do curso disponível: <https://www.cnj.jus.br/agendas/curso-marco-legal-da-primeira-infancia-e-suas-implicacoes-juridicas-operadores-do-direito/>

4. Capacitação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, por meio do Curso EAD *Marco Legal da Primeira Infância para Todos/as*, que foi ofertado em 2020, contando com quase 8.000 alunos inscritos. Em 2021, mais uma vez atendendo às restrições impostas pela pandemia, o curso foi remodelado para permitir um maior alcance de público nas ofertas, passando para o formato autoinstrucional, que contou com mais de dois mil alunos inscritos e continuará sendo ofertado ao longo de 2022, aberto a qualquer interessado. Última versão do curso ofertado: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/capacitacao/turma-2021/>

5. Realização de Diagnóstico Nacional de Atenção à Primeira Infância, nos eixos: 1. Mulheres e adolescentes grávidas e mães de crianças até seis anos presas ou em regime de internação; 2. Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal; 3. Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças; 4. Famílias acolhedoras e unidades de acolhimento; 5. Estrutura judiciária e gestão administrativa de políticas de infância e juventude. O diagnóstico encontra-se em fase de finalização, sendo realizado em parceria com o PNUD.

Na etapa final de execução do projeto Justiça começa na Infância, realizaremos no primeiro semestre de 2022, um Seminário Nacional, no qual serão apresentados os resultados do Diagnóstico Nacional, assim como alguns dos planos de ação elaborados por profissionais do sistema de justiça que realizaram o Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas, assim como outros resultados das ações realizadas.

Com este convite para este próximo evento, venho desejar um Feliz Natal e que sigamos juntos em 2022 em prol da garantia dos direitos das crianças brasileiras e suas famílias.

Com nossos cumprimentos,

Dra. Trícia Navarro Xavier Cabral
Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ
Coordenadora do Pacto Nacional pela Primeira Infância

